

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS (MAO), DE BELO HORIZONTE

Há quase 9 anos, no dia 14 de dezembro de 2005, inaugurava-se, no coração da capital mineira, o Museu de Artes e Ofícios (MAO), com um acervo de mais de dois mil objetos (hoje ampliados para mais de 2.500), vinculados direta ou indiretamente ao mundo dos fazeres e das ocupações artesanais, doados ao IPHAN por Ângela Gutierrez, Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez e, por felicidade, nossa colega neste Conselho. O Museu, abrigado nos dois prédios históricos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) da Praça Rui Barbosa, mais conhecida e referida pelos locais como Praça da Estação – porque ali, desde a década de 1920, funcionava e ainda hoje funciona a rede ferroviária, além da linha de metrô, de implantação mais recente –, foi concebido como espaço de preservação e de valorização da memória e do legado do trabalho no Brasil. Singulariza-se, nesse contexto, como o único no País a recolher peças, objetos, instrumentos laborais, ferramentas e demais petrechos ligados ao mundo da produção, dos ofícios e das técnicas pré-industriais, que permitem ao visitante ver, recompor e conhecer, numa viagem fascinante no tempo e no espaço, os diferentes processos de transformação não só do mundo material e econômico brasileiro do passado, mas também de sua realidade cultural e espiritual, representada nos variados objetos devocionais, ornamentais e de uso pessoal que integram e enriquecem a coleção.

Instalado em dois prédios totalmente recuperados, restaurados e revitalizados, para acomodar os objetos do acervo, na antiga estação ferroviária belo-horizontina (tombadas as duas edificações pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), numa área de 9.200 m², que incorpora jardim-museu – para peças de grande porte –, áreas de convivência, café, loja e área de eventos, o Museu de Artes e Ofícios consiste, nas palavras de sua idealizadora, num conjunto de peças que integram um “retrato consistente das formas, métodos e processos de trabalho no ambiente pré-industrial do Brasil. São ferramentas, objetos e utensílios, datados dos séculos XVIII ao XX, colecionados ao longo de décadas e doados ao Patrimônio Público. Em seu conjunto, expressam várias formas de conhecimento e diferenciadas formas de trabalho, contando muito do ambiente produtivo no País no período que antecedeu a muitas das profissões contemporâneas”. As coleções expostas no Museu, organizadas de forma clara, didática e criteriosa, agrupam-se em duas Galerias, cada qual juntando uma pluralidade de peças segundo sua categoria de uso. Desse modo, temos na Galeria A uma série de instrumentos diretamente ligados aos seguintes afazeres: a) Ofícios do Transporte (carpinteiro da roda, carpinteiro naval, carreiro, canoeiro, tropeiro e carroceiro); b) Ofícios Ambulantes (vendedor ambulante, trabalhador de rua e mascate); c) Ofícios do Comércio (carregador e vendedor); d) Proteção do Viajante (bússola, mapas, vestimentas, botas, proteção espiritual e armas). Na Galeria B, agrupam-se, por seu turno: a) o Jardim das Energias (que reúne um grupo de engenhos e engrenagens, como rodas d’água, máquinas motrizes, moendas de cana, hidráulicas ou de tração animal etc.); b) Ofícios da Mineração (com os instrumentos laborais do garimpeiro e do minerador, inclusive um pilão hidráulico para processar o material do garimpo); c) Ofícios do Fogo (caracterizados pelos objetos da forja metálica do ferreiro, do fundidor e do funileiro); d) Ofícios da Madeira (juntando as ferramentas e utensílios do tanoeiro, do carpinteiro e do marceneiro); e) Ofícios da Cerâmica (com os objetos da rica fábrica do ceramista e do oleiro); f) Ofícios do Comércio (que povoavam os espaços mercantis do boticário e do vendedor); g) Ofícios de Lapidação e Ourivesaria (em que primavam os labores do ourives e do lapidador); h) Ofícios do

Couro (com a pletora de objetos feitos ou realizados pelo seleiro, pelo curtidor, pelo sapateiro e pelo chapeleiro); i) Ofícios da Terra (com vasto ferramental e utensílios dos que, na rica fase do Brasil açucareiro, exerciam as funções de lavrador, alambiqueiro ou mestre-de-açúcar); Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos (que conformaram e conformam o gosto culinário de populações marcadas pela tradição firmada pelo farinheiro, pela cozinheira, pelo açougueiro, pelo queijeiro e pelo manteigueiro); e j) Ofícios do Fio e do Tecido (responsáveis pela decisiva produção das fazendas e panos que vestiam a população, séculos afora, ou abasteciam as casas e estabelecimentos comerciais do Brasil de antanho).

Desde a sua entrada em funcionamento, o Museu vem contribuindo para promover um processo contínuo de requalificação urbana de suas imediações. Até os anos 1990, a Praça da Estação, conquanto ostentasse prédios e equipamentos de grande valor histórico-cultural, era zona degradada da cidade e, de certa forma, até evitada pela população belo-horizontina. Com os investimentos e benfeitorias postos em marcha pela Prefeitura e pelo Governo do Estado, iniciou-se a revitalização do conjunto urbano, coroada e favorecida com a criação do Museu de Artes e Ofícios, que passou a exercer o papel de polo atrativo de público e catalisador de atividades culturais que hoje fazem da Praça o seu palco privilegiado.

Como se pode ler na documentação anexa ao Processo de Tombamento nº 1.566-T-08, que contém a proposta em apreço, os passos iniciais para o reconhecimento da importância patrimonial do Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte foram dados em agosto de 2006, menos de um ano após sua inauguração, pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, técnico do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, que, motivado pela sugestão da historiadora Júlia Wagner Pereira, do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, reconheceu a riqueza e a abrangência das coleções do Museu, seja por sua cobertura conceitual ou por seu tratamento étnico, e propôs à então Gerente de Proteção, Jurema Arnaut, fosse o seu acervo tombado, para melhor preservação e proteção das valiosas peças, já doadas ao IPHAN desde antes da inauguração do Museu, em 2002. Com a aquiescência da então Diretora do MAO, Célia Corsino, procedeu-se a uma série de visitas ao local e de estudos documentais, com a finalidade de provar a validade do tombamento, em razão de sua importância para a proteção dos elementos da cultura nacional ali singularmente reunidos. Na perspectiva do historiador Fonseca de Castro, a aceitação do tombamento do acervo, além de resgatar uma dívida em relação ao reconhecimento dos bens culturais ligados ao trabalho, servirá de estímulo ao aprofundamento da pesquisa e da documentação das atividades artesanais ainda praticadas no Brasil (como, por exemplo, a produção de farinha, rapadura ou queijo artesanal) e ajudará a suprir lacuna ainda existente nas atividades de registro do patrimônio imaterial, quase sempre apresentadas sem o suporte físico necessário. O Museu é abrangente e abundante na exposição dos objetos componentes desse suporte físico.

Outro aspecto que julgo relevante na apreciação do valor do MAO como espaço de aprendizagem, para além de sua destacada ação museológica, é seu compromisso com a formação ou ação educativa, por meio de programas de “Recepção de Públicos”, “Formação para Multiplicadores” e “Qualificação de Pessoal e Parcerias”. A direção do Museu mantém, igualmente, programas culturais como os projetos “Ofício da Música”, “Ofício da Palavra”, que buscam, entre outros objetivos, promover e divulgar a produção artística de Minas Gerais e do Brasil, em geral. Não menos importantes e produtivas são as atividades ali desenvolvidas com os jovens das comunidades economicamente vulneráveis, que atuam como assistentes de restauradores nos cursos de “Qualificação de Jovens na Área de Conservação”. São os novos ofícios sendo

estimulados e disseminados junto aos diferentes segmentos sociais que frequentam o espaço do Museu.

As dezenas de milhares de visitantes que, a cada ano, passam pelas galerias expositivas da antiga estação de trens de Belo Horizonte são, desde a criação do Museu de Artes e Ofícios, atraídas para uma viagem diferente e sugestiva ao universo das técnicas e práticas laborais de um passado ainda vivo sobretudo em certas áreas rurais do País. Esses visitantes não só desvendam, ao percorrerem as galerias, a utilidade dos objetos ali expostos, do ponto de vista de seu significado econômico ou fabril: muitas vezes tomam contato com instrumentos cujos nomes já lhes tinham sido apresentados nos livros de história ou na vigorosa literatura que, mesmo marginalmente, registra os processos de produção artesanal do Brasil. Como é possível alguém não se surpreender ao deparar com peças identificadas com termos algo esdrúxulos como alfanje, almofariz, bruaca, buril, carretilha, cornicha, covo, durindana, ex-votos, goiva, graminho, lazarina, mancebo, mangual, moldeira, parol, picuá ou véstia? Quase todas presentes no MAO assim como citadas em obras de autores de proa da literatura nacional como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mário Palmério e João Guimarães Rosa. Não será exagero afirmar, por exemplo, que, para os leitores dos textos encharcados de poesia verbal do gênio de Cordisburgo, minucioso na descrição pormenorizada da realidade dos homens, da natureza e dos afazeres e hábitos dos sertões, uma passagem pelo Museu de Artes e Ofícios equivale a uma consulta integral e viva a um vocabulário em movimento. Em outras palavras: o acervo que se propõe tomar retira sua importância do vasto repertório de ofícios que a colecionadora (precedida por seu pai nessa tarefa) conseguiu reunir e apresentar, numa profusão de objetos e petrechos artesanais, de utilidade inegável para o conhecimento tanto das práticas fabris do Brasil manufactureiro pré-industrial, como também para a decifração do imaginário gravado e recolhido nas narrativas literárias que reproduzem o mundo dessas mesmas práticas duradouras da vida brasileira. Os mais de 50 anos de garimpagem que o engenheiro Flávio Gutierrez fez dos milhares de objetos que encontrava em seus deslocamentos por todos os cantos do País resultaram numa coleção única de peças ilustrativas do saber-fazer de outrora. Essa coleção, núcleo do acervo do MAO, representa hoje um convite ao conhecimento e à descoberta de um mundo antigo e parcialmente ainda vivo, mas em acelerado processo de transformação. Curiosa e sintomaticamente, o índice de toda a coleção foi um tear de madeira com que o pai amoroso presenteou a filha adolescente, ávida de cultura, que, mais tarde, com desprendimento e altruísmo, doou a peça junto com todos os outros objetos ao IPHAN, para a formação do Museu.

Cumpridos todos os trâmites oficiais e administrativos por parte do IPHAN e dos demais órgãos relacionados com o objeto, junto com o parecer da Advocacia-Geral da União e com os comunicados de praxe ao Governo do Estado de Minas Gerais, à Prefeitura de Belo Horizonte, à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais e ao Instituto Cultural Flávio Gutierrez, foi-me submetido, no último dia 23 de outubro do ano em curso, pelo Secretário deste Conselho Consultivo, por meio do Despacho nº029, para análise e consequente parecer, o Processo nº 0148.002237/2008-85 (Volume único, com os Anexos I, II, e “III volumes I a VI”), que propõe o tombamento do Museu de Artes e Ofícios.

Após fazer a leitura atenta do amplo material documental recebido, achei por bem, com vista a uma melhor compreensão do valor patrimonial do acervo a ser tombado, realizar visita a Belo Horizonte, para reconhecimento do espaço museológico, visualização dos objetos da coleção e entrevista com a direção do Museu. Conteí, para tanto, com o apoio do IPHAN, que me proporcionou a viagem à cidade onde vivi parte de minha juventude. Fui recebido pela Senhora Gabriela Araújo Batista, Diretora de

Projetos Especiais do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, que gentilmente me guiou pelas Galerias e áreas expositivas, esclarecendo-me dúvidas e iluminando aspectos de relevo sobre o funcionamento e gestão do Museu, bem como sobre a manutenção e conservação do acervo. Concluí minha visita ao MAO com um encontro com a Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez e fundadora do Museu, Conselheira Ângela Gutierrez, que, com sua habitual hospitalidade, me acolheu e descreveu o processo de formação e a doação do acervo, bem como as tratativas que resultaram na constituição do acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte e com a CBTU para a criação do Museu de Artes e Ofícios.

Seja pela leitura da caudalosa documentação que integra o processo em exame, seja pelas informações colhidas na visita recentemente realizada a Belo Horizonte e acima descrita, estou convencido do significado e da importância do Museu de Artes e Ofícios para o conjunto patrimonial e cultural brasileiro. Como forma de garantir a preservação desse singular acervo artístico-cultural, já pertencente ao IPHAN, acompanho o entendimento e a posição defendida pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro no sentido de recomendar a inscrição da coleção do Museu de Artes e Ofícios no Livro do Tombo Etnográfico, “por seu valor excepcional de registro de modos de fazer do homem comum e de toda a sociedade brasileira”, bem como no Livro Histórico, “pela natureza única dos objetos coletados como documentos históricos”. Peço que este Conselho considere os argumentos apresentados e delibere em favor do tombamento do acervo do Museu como patrimônio material da cultura brasileira.

Acir Pimenta Madeira Filho

Brasília, 4 de dezembro de 2014